

Violência na Escola e Educação em Direitos Humanos: O que revelam as pesquisas brasileiras (2012-2022)?

Violence in Schools and Human Rights Education: What do Brazilian research reveal (2012-2022)?

Violencia en las escuelas y educación en derechos humanos: ¿qué revelan las investigaciones brasileñas (2012-2022)?

Ana Paula Ferreira ^{1*}, Maria de Fátima de Andrade Ferreira ^{2**}

Resumo

Este estudo se configura como de Revisão Sistemática da Literatura (RSL), de caráter qualitativo. O objetivo é analisar como as dissertações e teses defendidas entre 2012 e 2022 abordam a interface entre a violência nas escolas e a Educação em Direitos Humanos, considerando esta última como uma estratégia para mitigar a violência no ambiente escolar. O *corpus* de análise foi constituído por oito (08) estudos, sendo sete (07) dissertações e uma (01) tese, publicados no período de 2012 a 2022, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A seleção da base escolhida se deu em função de que ela reúne estudos do objeto pesquisado, além de dispor de respaldo científico, reconhecimento e confiabilidade nas informações disponibilizadas. Os estudos analisados, em sua maioria, abrangeram estados das regiões Sudeste, Nordeste e Sul do Brasil. A organização dos dados foi fundamentada nos preceitos da análise de conteúdo (Bardin, 1977). Como resultados, espera-se que este estudo contribua para a compreensão do estado atual do interesse acadêmico pelo tema, indicando tendências, lacunas e possibilidades de aprofundamento, além de oferecer subsídios para investigações futuras e práticas educacionais voltadas à promoção de uma cultura de paz e respeito aos direitos humanos nas escolas.

Palavras-chave: Violência na escola; Educação em Direitos Humanos; Cultura de Paz.

Abstract

This study is a Systematic Literature Review (SLR) of a qualitative nature. The objective is to analyze how dissertations and theses defended between 2012 and 2022 address the interface between violence in schools and Human Rights Education, considering the latter as a strategy to mitigate violence in the school environment. The corpus of analysis consisted of eight (08) studies, seven (07) dissertations and one (01) thesis, published between

^{1*}Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), 2021. Mestranda em Ensino (PPGE/UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Membro da Rede de Pesquisa Representações, Discursos e Violência na Escola (UESB). Endereço para correspondência: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Estrada do Bem Querer Km 04, universidade, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil, CEP: 45083-900. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3036-804X>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5380505836300730>. E-mail: anapferreira920@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHL), docente do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE/UESB), Programa de Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC/UESB) e Programa de Pós-Graduação Doutorado em Ensino (RENOEN/UESB). Coordenadora do Núcleo de e Extensão Gestão em Educação e Estudos Transdisciplinares (NUGEET) e Rede de Pesquisa Representações, Discursos e Violência na Escola (UESB). Endereço para correspondência: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Estrada do Bem Querer Km 04, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil, CEP: 45083-900. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4094-6741>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9173104914920572>. E-mail: mfatimauesb@hotmail.com.

2012 and 2022 in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). The chosen database was selected because it brings together studies on the researched object, in addition to having scientific support, recognition, and reliability in the information provided. The studies analyzed, for the most part, covered states in the Southeast, Northeast, and South regions of Brazil. The organization of the data was based on the precepts of content analysis (Bardin, 1977). As a result, it is expected that this study will contribute to the understanding of the current state of academic interest in the topic, indicating trends, gaps and possibilities for further study, in addition to offering support for future research and educational practices aimed at promoting a culture of peace and respect for human rights in schools.

Keywords: Violence in schools; Human Rights Education; Culture of Peace.

Resumen

Este estudio se configura como una Revisión Sistemática de Literatura (RSL), de carácter cualitativo. El objetivo es analizar cómo las disertaciones y tesis defendidas entre 2012 y 2022 abordan la interfaz entre la violencia en las escuelas y la Educación en Derechos Humanos, considerando esta última como una estrategia para mitigar la violencia en el ámbito escolar. El corpus de análisis estuvo constituido por ocho (08) estudios, siete (07) disertaciones y una (01) tesis, publicadas entre 2012 y 2022, en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD). La base de datos elegida fue seleccionada porque reúne estudios sobre el objeto investigado, además de tener respaldo científico, reconocimiento y confiabilidad en la información brindada. Los estudios analizados, en su mayoría, abarcaron estados de las regiones Sudeste, Nordeste y Sur de Brasil. La organización de los datos se basó en los preceptos del análisis de contenido (Bardin, 1977). Como resultado, se espera que este estudio contribuya a la comprensión del estado actual del interés académico en el tema, indicando tendencias, lagunas y posibilidades para futuros estudios, además de ofrecer subsidios para futuras investigaciones y prácticas educativas orientadas a promover una cultura de paz y respeto a los derechos humanos en las escuelas.

Palabras clave: Violencia escolar; Educación en Derechos Humanos; Cultura de Paz.

Introdução

A violência não é um problema novo, tampouco exclusivo de nossa cidade, estado ou país. Trata-se de um fenômeno de caráter global, complexo, difuso, agudo e crônico, que se manifesta de diferentes formas, em espaços sociais distintos (família, escola, rua, política, igreja) e, seria inevitável sua entrada na escola, principalmente na escola pública, seja por meio dos estudantes, por meio dos profissionais que la atuam ou por meio da própria instituição.

Por isso, como lembra Ferreira (2017), falar de violência, especialmente da violência na escola, é um desafio, por esse motivo é que existe uma preocupação constante em buscar recursos que ajudem a compreender as manifestações de violência, inclusive quando tratamos desse fenômeno relacionando-o à educação em direitos humanos, à formação da cidadania, às práticas democráticas e participativas, ao respeito à diversidade e à diferença no espaço escolar. Com a crescente escalada da violência nos espaços sociais, inclusive na escola, esse fenômeno coloca a vida das pessoas em risco, a vida humana é descartada e/ou banalizada e, desse modo, “sentimos impotência diante da eclosão dos fenômenos e fatos que ultrapassam nossa compreensão” (Ferreira, 2017, p. 20).

Nessa perspectiva, configura-se como um “problema social” (Abramovay, 2002, p. 13) e carece de intensos debates por parte de pesquisadoras/es e estudiosas/os que se dedicam a

compreender seus múltiplos aspectos e dinamismos, na sociedade, na escola e outros espaços sociais. No entanto, apesar da complexidade e urgência dessa questão, a violência escolar, ainda é um tema historicamente negligenciado no campo das pesquisas acadêmicas no Brasil.

Marília Pontes Spósito, em diferentes momentos de sua produção acadêmica, realizou importantes pesquisas sobre as relações entre violência e escola no Brasil. Em um artigo publicado em 2001, a autora evidenciou que, após os anos de 1980, havia uma escassez de estudos sobre o tema, destacando a existência de “raros diagnósticos quantitativos em torno do tema e a produção discente (dissertações e teses) na pós-graduação em Educação, no mesmo período” (Spósito, 2001, p. 87). Em análise anterior, de 1998, Spósito já havia constatado que, entre os anos de 1980 e 1995, “foram defendidos cerca de 6.092 trabalhos entre teses de doutorado e dissertações de mestrado”. No entanto, “desse expressivo volume, apenas quatro estudos (duas teses de doutorado e duas dissertações de mestrado) examinaram a violência que atinge a unidade escolar” (Spósito, 1998, p. 58). Tal constatação revela não apenas a incipiente abordagem do tema no campo educacional, mas também sua tímida inserção nas agendas de pesquisa da época, apesar da clara manifestação do fenômeno no cotidiano das instituições escolares.

Nos anos posteriores a 1995, especialmente entre as décadas de 2000 e 2009, verificou-se um expressivo crescimento na produção científica voltada à temática da violência nas instituições escolares. Um levantamento realizado por Sastre (2010), intitulado *Panorama dos Estudos sobre Violência nas Escolas no Brasil: 1980-2009*, analisou os estudos desenvolvidos nesse período e identificou que, entre as diferentes áreas do conhecimento, os campos da Educação e da Psicologia foram os que mais contribuíram, quantitativa e qualitativamente, para o aprofundamento analítico sobre o fenômeno. No entanto, atenção para o fato de que grande parte dessas produções se limitava a descrições superficiais, desconsiderando a complexidade estrutural e sociocultural da violência escolar.

Diante desse cenário, torna-se fundamental sistematizar os conhecimentos já produzidos, de modo a ampliar a compreensão sobre os sentidos e as formas pelas quais a violência se manifesta nas escolas, bem como explorar alternativas de enfrentamento fundamentadas em princípios ético-pedagógicos. Nesse sentido, a Educação em Direitos Humanos (EDH) surge como um campo estratégico e promissor para a construção de práticas escolares voltadas à promoção da cultura da paz, da equidade e da justiça social, principalmente porque a escola contemporânea é tomada como lugar socioeducativo, próprio para educar para a cidadania e

viver a condição humana. No entanto, como destaca Ferreira (2017), nas suas discussões sobre “Escola, violência e educação em direitos humanos”, percebemos que essa instituição enfrenta muitas dificuldades, “entre as quais a violência e a crescente crise de identidade, o que agrava as incertezas, o medo, a insegurança, os antagonismos nas relações entre os sujeitos e os questionamentos sobre a qualidade dos processos pedagógicos que a escola oferece aos seus alunos” (p. 35). Contudo, como afirma a autora (2017), é preciso, com efeito, insistir no fato de que é papel da escola garantir o direito à educação e o desenvolvimento humano do aluno na sua plenitude, em condições de igualdade, liberdade, autonomia, respeito e valorização das diferenças.

Essa abordagem ressoa com a pedagogia de Paulo Freire (1996), para quem a educação pautada nos Direitos Humanos é um pilar para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Para concretizar esse ideal, as políticas educacionais devem adotar uma perspectiva emancipatória e ética, que fomente a autonomia e a participação ativa de alunos e comunidades. Nesse processo, o papel do professor é peça-chave e deve abranger processos formativos que se desenvolvam em todos os espaços sociais, a exemplo da escola, família e tornar a educação em direitos humanos um tema transversal nos currículos de todas as etapas da educação brasileira para possibilitar à escola educar para a cidadania.

Nos espaços escolares, portanto, o emprego de concepções e práticas educativas e pedagógicas fundadas nos Direitos Humanos torna-se crucial e seu uso deve ser em defesa de sua aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas (Brasil, 2012). Conforme destacam Silva, Lautert e Utsumi (2024), o planejamento de estratégias de ensino diversificadas é fundamental para auxiliar o aprendizado e promover a equidade. Complementando essa visão, Vargas-Plaça e Gobara (2024) ressaltam que a elaboração de atividades deve criar oportunidades de interação em que todos os alunos possam expressar suas vozes, ser ouvidos e, coletivamente, construir o conhecimento. Mais do que apenas encontrar saberes, essas práticas inclusivas promovem a transformação individual dentro de uma ética comunitária, onde o respeito, a solidariedade e a responsabilidade são valores constitutivos e essenciais para o enfrentamento da violência no ambiente escolar.

Desse modo, o presente estudo parte da seguinte questão-problema: de que modo a violência nas escolas tem sido abordada em dissertações e teses que articulam essa temática com a Educação em Direitos Humanos (EDH)? Com base nessa questão-problema e,

considerando o que pensam autores que tratam do tema em análise, como exemplo, Candau e Sacavino (2013), quando percebem que as aproximações entre as categorias educação e direitos humanos na escola têm aumentando a preocupação de pesquisadores, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, logo, surgiram algumas inquietações sobre a importância de tratar de “Violência na escola e Educação em Direitos Humanos: o que revelam as pesquisas brasileiras (2012-2022)?”. Candau e Sacavino (2013) chama atenção nas suas reflexões sobre o aumento de provocações que tratam da democratização de processos educativos, a consciência da dignidade humana e cidadania diante das crescentes violações de direitos humanos no cotidiano social e escolar.

Desse modo, justificamos a relevância desta pesquisa, pela necessidade de sistematizar o conhecimento produzido em dissertações e teses sobre a violência escolar sob a perspectiva da Educação em Direitos Humanos (EDH). Embora haja estudos sobre a temática da violência, a lacuna científica reside na falta de uma análise que faça articulação especificamente com a EDH como proposta estratégica para o enfrentamento à violência nas escolas, “para o olhar atento para a importância da convivência com a diversidade, à melhorias das relações humanas e educativas da escola, inclusive para as dificuldades de combate às violências e desigualdades sociais que a escola vem enfrentando”, como ressalta Ferreira (2017, p. 123).

O objetivo desse estudo, portanto, é preencher essa lacuna, analisando como dissertações e teses defendidas entre 2012 e 2022 abordam a interface entre a violência nas escolas e a EDH, considerando esta como uma ferramenta para mitigar a violência. Para tanto, a pesquisa se valeu de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), de abordagem qualitativa, a partir de buscas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com a organização e análise dos dados realizadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (1977), contemplando as seguintes etapas: (1) pré-análise; (2) exploração do material; e (3) tratamento dos resultados e interpretação.

Quanto à estrutura desta pesquisa, após esta introdução, apresenta-se o percurso metodológico, no qual são detalhados a sua classificação e os procedimentos metodológicos empregados. Em seguida, apresenta-se os resultados e discussão, que possibilitaram atender aos objetivos da pesquisa. Por fim, as considerações finais sintetizam as contribuições da pesquisa para o campo de estudo, discutem suas implicações teóricas e práticas, e delineiam as lacunas identificadas, apontando direções para investigações futuras.

Percurso Metodológico

O estudo em questão configura-se como uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), de caráter qualitativo, que na visão de Galvão e Ricarte (2019, p. 58), se caracteriza como “uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande *corpus* documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto”. Trata-se, portanto, de um estudo cientificamente rigoroso, devido à sua reprodutibilidade por outros pesquisadores. Isso exige que sejam apresentadas de maneira clara as bases de dados consultadas, as estratégias adotadas em cada uma delas, o processo de seleção das bibliografias analisadas, os critérios de inclusão e exclusão, o processo de análise e as limitações tanto dos artigos analisados quanto da própria revisão (Galvão e Ricarte, 2020).

De modo a atender os aspectos necessários para garantir a transparência e a reprodutibilidade da presente pesquisa, seguimos as diretrizes do PRISMA (Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises), conforme recomendado por Moher *et al.* (2009). O protocolo de revisão elaborado (Figura 1) sistematizou a definição do objetivo de pesquisa, a escolha da base de dados consultada, os descritores empregados, o recorte temporal utilizado, os critérios de elegibilidade, a técnica de organização dos dados e o quantitativo de estudos a serem analisados.

O levantamento bibliográfico foi conduzido de forma exploratória durante os meses de outubro e novembro de 2024, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e (BDTD) <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. A escolha dessa base de dados foi estratégica, pois, como um repositório centralizado do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), ela agrega a produção científica de diversas instituições de ensino superior do país. As buscas foram realizadas utilizando os descritores "Violência na Escola" e "Educação em Direitos Humanos", com o uso das aspas duplas para garantir a especificidade da expressão e o uso do campo de "Todos os Campos" para maximizar a abrangência da coleta de dados. Este procedimento metodológico buscou assegurar um levantamento representativo dos trabalhos que articula essa temática na produção acadêmica brasileira.

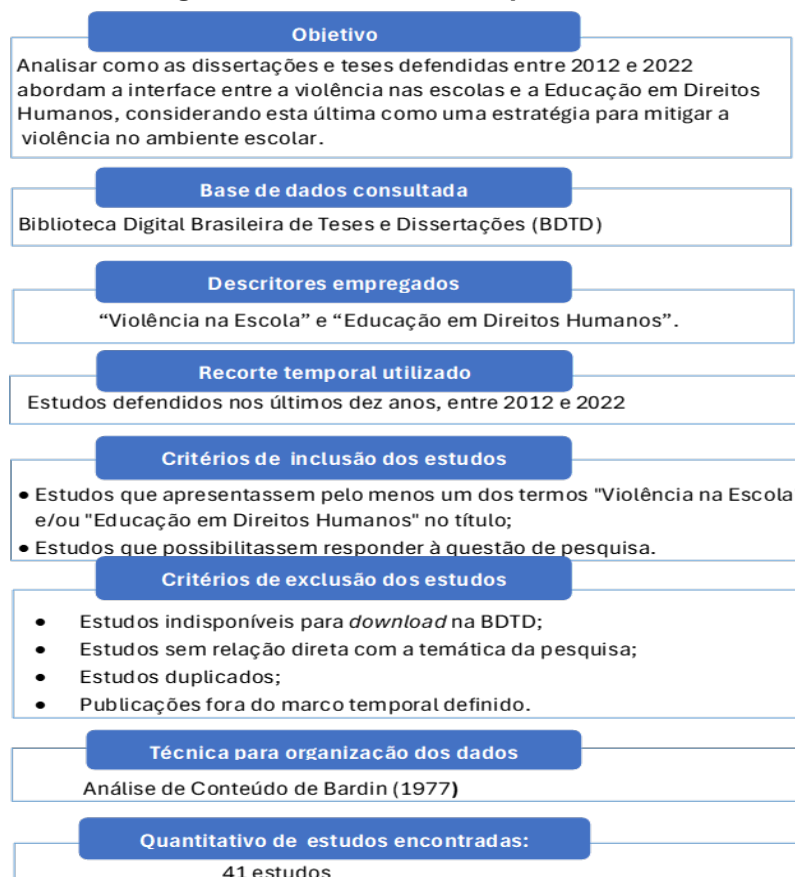
Foram considerados elegíveis dissertações e teses defendidas entre 2012 e 2022, com texto integral disponível gratuitamente na plataforma que abordassem concomitantemente “*Violência na escola*” e a “*Educação em Direitos Humanos*”. Assim, foram adotados os

seguintes critérios de inclusão: a) tratar de ao menos um dos seguintes termos: “*violência na escola* e/ou “*educação em direitos humanos* no título; e b) ser capaz de responder à seguinte questão-problema: de que modo a violência nas escolas tem sido abordada em dissertações e teses que articulam essa temática com a Educação em Direitos Humanos (EDH)?

De modo complementar, para a composição do *corpus* inicial, os documentos foram submetidos aos seguintes critérios de exclusão: a) não ter texto completo disponível para *download* na BDTD; b) estudos sem relação direta com a temática da pesquisa; c) trabalhos com pesquisas duplicadas; e d) publicações fora do marco temporal definido.

A síntese descritiva dos dados foi realizada mediante análise, interpretação e discussão dos resultados obtidos. A análise dos dados adotou uma abordagem qualitativa com o emprego da análise de conteúdo. De acordo com Bardin (1977) esse método é realizado em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. As etapas mencionadas foram realizadas de um modo não linear, articulado às etapas da RSL propostas no PRISMA Moher *et al.* 2009 - *Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*, ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Protocolo de Pesquisa

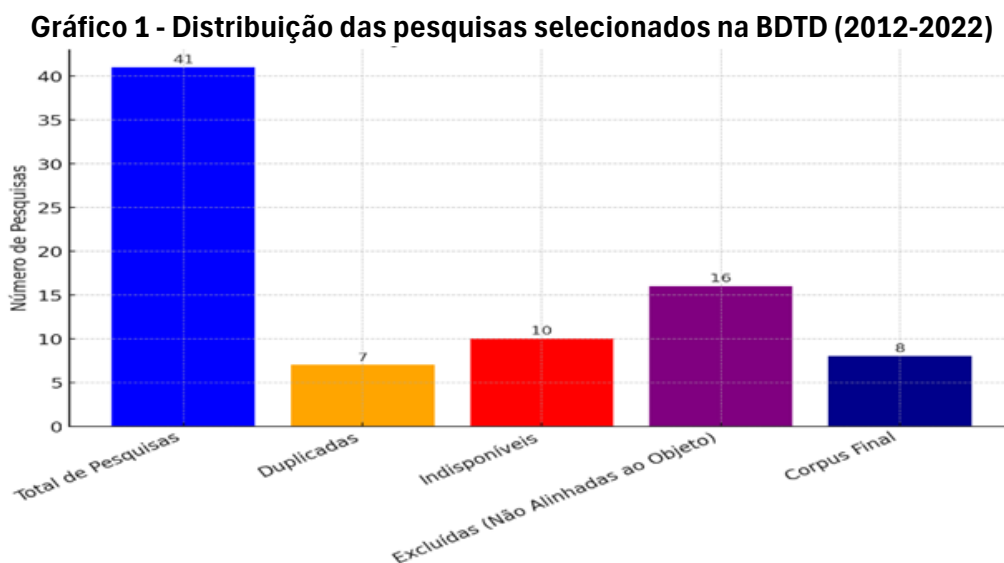


Fonte: Elaboração da pesquisa, conforme proposição de Moher *et al.* (2009).

Após a busca e seleção dos estudos que compuseram o *corpus* inicial da pesquisa, passamos à primeira etapa – a pré-análise, dedicada à identificação e sistematização dos dados para a constituição do *corpus*. Conforme definido por Bardin (1977, p. 96), “o corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos.” Essa etapa, compreende diversas subfases, conforme descrito pela autora, incluindo: leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação de hipóteses e objetivos, referenciação de índices e elaboração de indicadores, além da preparação do material. Nesse estudo, esse processo foi realizado quando tomamos como *corpus* de análise 41 pesquisas.

Inicialmente, realizamos uma leitura flutuante dos títulos, resumos e palavras-chave de todas as publicações para avaliar sua pertinência ao objeto de pesquisa. Nesse processo, foram descartadas 17 pesquisas, sendo 7 por duplicidade e 10 por indisponibilidade para download na BDTD. Em seguida, selecionamos 24 publicações para uma segunda leitura exploratória, analisando seus resumos e considerações finais. Dessa etapa, 16 pesquisas foram excluídas por não abordarem diretamente a interface entre Violência na Escola e Educação em Direitos Humanos, embora algumas mencionassem a temática da violência, a EDH não era o foco principal. Ao final, foram selecionados 8 estudos para leitura integral e agrupamento de acordo com categorias temáticas (Bardin, 1977).

O Gráfico 1 representa a distribuição dos estudos selecionados, abrangendo tanto os que foram excluídos ao longo do processo de triagem quanto aqueles que compuseram o *corpus* final desta Revisão Sistemática da Literatura (RSL).



Fonte: Elaboração da pesquisa, 2024.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição das pesquisas analisadas na BDTD, destacando o total de estudos identificados, aqueles excluídos por duplicidade, indisponibilidade para *download* ou falta de alinhamento ao objeto de pesquisa, e os estudos que compuseram o *corpus* final desta RSL. O Quadro 1 amplia essa análise, evidenciando a relação entre os estudos excluídos e selecionados. Para facilitar a identificação das produções acadêmicas, organizamos os dados em uma planilha no *Microsoft Word*, sequenciados da seguinte forma: código identificador, (D) para dissertações e (T) para teses, seguido de um número atribuído em ordem cronológica crescente, título da pesquisa, nome do(a) autor(a), objetivo, metodologia, instituição e ano de publicação.

Quadro 1 - Pesquisas selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade, obtidas pelo levantamento bibliográfico, na BDTD, 2025

CÓD	TÍTULO	AUTOR/A	OBJETIVO	METODOLOGIA	INSTITUIÇÃO	ANO
D1	Paz e violência na escola: vozes, ecos e silêncios.	Márcio Adriano Cardoso	Compreender pressupostos conceituais que embasam ações de professores para superar violências no cotidiano escolar, promovendo tolerância e respeito à diversidade.	Pesquisa qualitativa com análise de projetos e ações de professores.	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	2012
D2	Mediação de conflitos escolares: contribuições da EDH no enfrentamento à violência.	Fernando da Silva Cardoso	Analisar as contribuições da mediação de conflitos, na perspectiva da EDH, no enfrentamento à violência no âmbito escolar.	Pesquisa qualitativa com análise documental e entrevistas com educadores.	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).	2015
D3	Círculos da paz: práticas restaurativas como instrumento de acesso à justiça nas escolas do Tocantins.	Julianne Freire Marques	Refletir sobre o uso da justiça restaurativa como instrumento de pacificação social e acesso aos direitos fundamentais no ambiente escolar.	Pesquisa qualitativa com análise de intervenções em práticas restaurativas.	Universidade Federal do Tocantins (UF).	2015
T1	História oral de vida de professores: direitos humanos, justiça restaurativa e violência escolar.	Ana Carolina Reis Pereira	Conhecer o lugar dos direitos humanos e justiça na história oral de vida de professores que trabalham na rede estadual de ensino na cidade de Campinas-SP.	Pesquisa qualitativa com análise de história oral de vida e entrevistas com professores	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	2018
D4	A mediação de conflitos: uma possibilidade para formação continuada de professores na perspectiva da EDH.	Maria Fátima Ricardo dos Santos	Investigar a mediação de conflito como uma possibilidade de ação educacional no campo da educação em e para os direitos humanos na formação continuada de professores da educação básica.	Pesquisa qualitativa com análise documental e entrevistas com professores	Universidade Federal da Paraíba (UFPB).	2019

Continuação do Quadro 1, na p. 10.

Continuação do Quadro 1, da p. 9.

C Ó D	TÍTULO	AUTOR/A	OBJETIVO	METODOLOGIA	INSTITUIÇÃO	ANO
D5	Justiça restaurativa como possibilidade de afirmação dos direitos humanos.	Lucemar José Urbanek	Entender como a inserção das práticas da justiça restaurativa desenvolvida no âmbito da escola pública podem constituir uma medida eficaz na prevenção e combate a violência contra todos os personagens que compõe a comunidade escolar, evitando a violação dos seus direitos fundamentais.	Pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em livros, artigos, informações de dados estatísticos advindos de pesquisas realizadas junto a instituições como IBGE, OCDE, INEP.	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	2019
D6	Justiça restaurativa e violência na escola: análise de uma experiência a partir da perspectiva histórico-cultural.	Elaine Cristina Nochelli Braz	Analisar situações que demandam o emprego da Justiça Restaurativa na escola como alternativa para conflitos e violência, promovendo uma educação para não violência e para a efetiva garantia de direitos.	Estudo de caso com abordagem histórico-cultural e análise qualitativa.	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).	2020
D7	Violência escolar e formação de professores: estratégias de enfrentamento dimensão educacional.	Eveline Rodrigues Araújo de Guedes Freitas	Investigar a violência escolar a partir de uma perspectiva bibliográfica, documental, depropositiva e avaliativa, focando a formação docente.	Pesquisa qualitativa com análise de documentos e estratégias educativas.	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).	2021

Fonte: Dados coletados no Banco de Teses e Dissertações da BDTD, out. /2024. Elaboração da pesquisa, 2024.

Conforme apresentado no Quadro 1, a distribuição das pesquisas por ano de publicação mostra a existência de uma (01) dissertação em 2012, duas (02) dissertações em 2015, uma (01) tese em 2018, duas (02) dissertações em 2019, uma (01) dissertação em 2020 e uma (01) dissertação em 2021. Não foi encontrado nenhuma pesquisa em 2022 que atendesse aos critérios estabelecidos para compor a amostra analisada nesta revisão da literatura.

Resultados

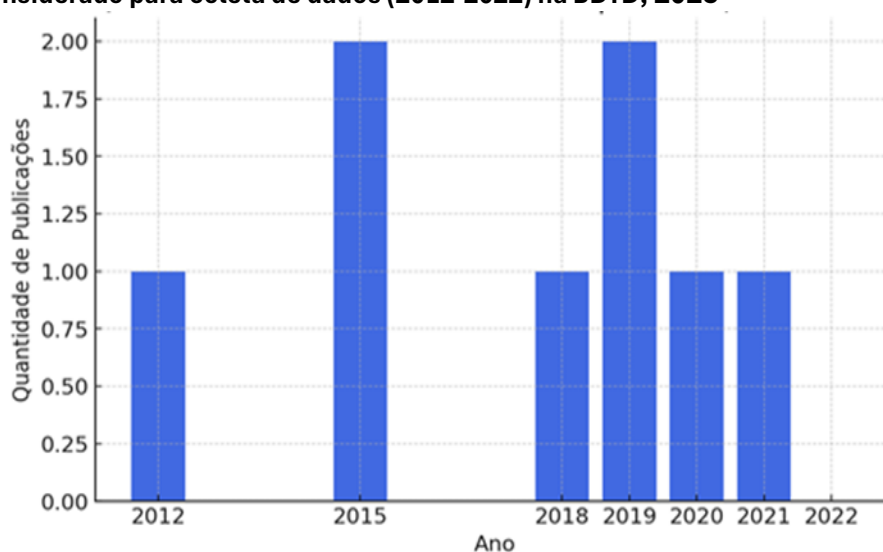
A investigação realizada na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) identificou 41 pesquisas publicadas nos últimos dez anos. Dentre essas, 17 foram descartadas, sendo 07 por duplicidade, 10 por não terem sido localizadas e 16 por não atenderem aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Assim, 08 pesquisas foram selecionadas, baixadas e analisadas na íntegra.

Para discutir os resultados, consideramos quatro aspectos principais: o ano de defesa das pesquisas, a identificação dos Programas de Pós-Graduação, a região geográfica onde foram

conduzidas e as universidades responsáveis pelos estudos. Essa análise permitiu compreender a distribuição das pesquisas no período de 2012 a 2022, identificar tendências na produção acadêmica e possíveis lacunas na investigação da área.

Os dados analisados revelam que a maioria das pesquisas coletadas na BDTD foi desenvolvida em programas de pós-graduação na área da Educação. No período analisado (2012 a 2022), observamos uma predominância de uma publicação por ano, com exceção de 2015 e 2019, nos quais foram registradas duas publicações. No entanto, destaca-se a ausência de produções em 2022, o que pode indicar uma possível lacuna na investigação recente sobre o tema, conforme ilustrado no Gráfico 2.

Gráfico - 2: Quantidade de pesquisas publicadas por ano entre o período considerado para coleta de dados (2012-2022) na BDTD, 2025

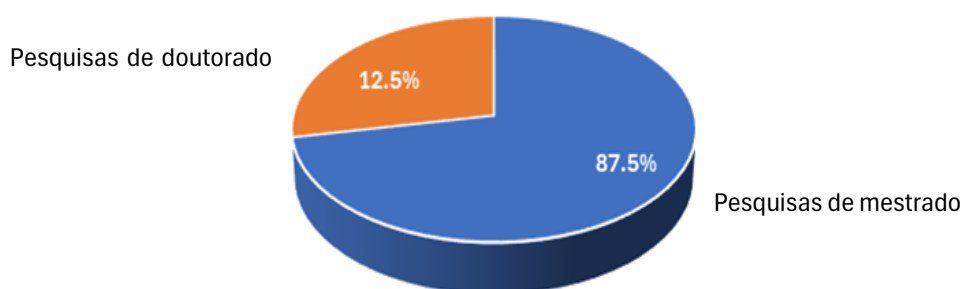


Fonte: Elaboração da pesquisa, 2024.

O Gráfico 2 ilustra a distribuição das pesquisas publicadas na BDTD entre 2012 e 2022, evidenciando a baixa produção acadêmica sobre o tema ao longo da última década. Nota-se que, embora haja uma constância na publicação de pelo menos um estudo por ano em alguns períodos, a quantidade de pesquisas permaneceu limitada, sem um crescimento significativo. O destaque fica para os anos de 2015 e 2019, que apresentaram um ligeiro aumento na produção, contrastando com a ausência de publicações em 2022. Esse dado sugere uma possível descontinuidade no interesse acadêmico sobre o tema nos anos mais recentes, apontando para a necessidade de novas investigações que aprofundem a compreensão sobre o fenômeno analisado.

Além disso, constatou-se uma predominância de dissertações em relação às teses, representando 87,5% e 12,5% da amostra, respectivamente, conforme ilustrado na Figura 3.

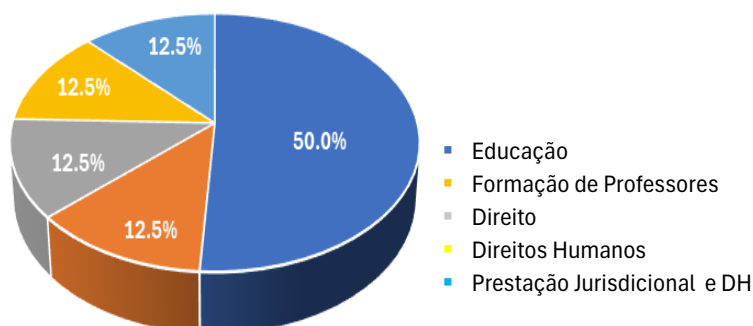
Figura 2 – Distribuição das pesquisas por nível acadêmico



Fonte: Elaboração da pesquisa, 2024.

Esse dado evidencia a maior oferta de programas de mestrado em comparação aos de doutorado, o que explica a predominância de dissertações no *corpus* analisado. Esse cenário reflete a estrutura da pós-graduação no Brasil, onde os programas de mestrado são mais acessíveis e amplamente distribuídos, enquanto os de doutorado apresentam uma oferta mais restrita. Segundo a Plataforma Sucupira, o país conta com 4.764 Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, dos quais 1.132 são exclusivamente de mestrado acadêmico, 74 apenas de doutorado acadêmico e 2.658 oferecem ambas as modalidades. Além disso, há 732 programas de mestrado profissional, 6 de doutorado profissional e 162 que combinam mestrado e doutorado profissionalizantes.

Figura 3 - Distribuição das pesquisas nos Programas de Pós-Graduação Strictu Sensu



Fonte: Elaboração da pesquisa, com base em levantamento realizado na BDTD, em 26 out. 2024.

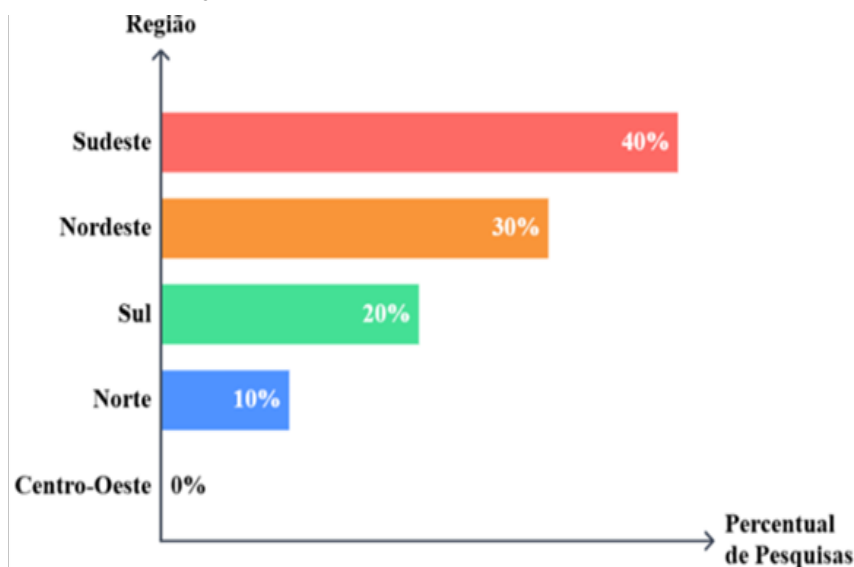
Os dados apresentados na Figura 3 indicam que a maioria das pesquisas sobre o tema “Violência na escola e Educação em Direitos Humanos” foram produzidas por pesquisadores da área da Educação, correspondendo a 50% do total. Essa predominância pode estar relacionada ao fato de que esse campo do conhecimento frequentemente tem a escola como *lócus* de formação e investigação, consolidando-se como um ambiente propício para a análise de fenômenos educacionais e sociais. Além disso, a forte presença de pesquisadores na área da

Educação pode ser explicada pela trajetória acadêmica e profissional dos docentes e pedagogos, que frequentemente iniciam sua inserção na pesquisa ainda na graduação, por meio da Iniciação Científica, e seguem aprofundando seus estudos nos programas de pós-graduação.

Quanto à distribuição geográfica das pesquisas, constatou-se que a produção acadêmica não abrange todas as cinco regiões do país, estando concentrada em 6 estados, incluindo Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba, Pernambuco e Tocantins.

A análise do Gráfico 3 revela que a maior concentração de pesquisas ocorreu na região Sudeste, com 4 estudos defendidos (40%), seguida pelo Nordeste, com 3 (30%), e pelo Sul, com 2 (20%). A região Norte apresentou uma participação menor, com apenas 1 pesquisa (10%), enquanto a região Centro-Oeste não registrou nenhuma pesquisa (0%).

Gráfico 3 – Distribuição das pesquisas encontradas por região do Brasil (2012-2022)



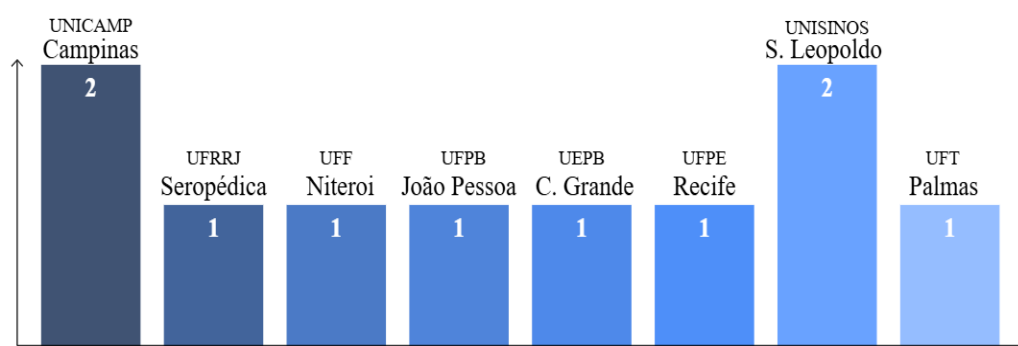
Fonte: Elaboração da pesquisa (2024).

Os resultados dos dados analisados mostram que a maioria das pesquisas desenvolvidas no período analisado estão concentradas na Região Sudeste do Brasil, seguida pelas Regiões Nordeste e Sul. Esse cenário pode ser explicado pela maior presença de Universidades e Programas de Pós-Graduação em Educação nessas regiões, conforme informações do portal dados.gov.br (Brasil, 2022). Juntas, essas três regiões reúnem aproximadamente 84% dos cursos de pós-graduação na área, distribuídos da seguinte forma: Sudeste (112), Sul (76) e Nordeste (50). Em contraste, as regiões Norte (19) e Centro-Oeste (26), apesar do crescimento na última década, ainda representam menos de 16% da oferta nacional. Essa desigualdade evidencia tanto disparidades regionais quanto a importância estratégica que a área de Educação

tem para a formação qualificada de pós-graduandos que atuam na educação básica, no ensino superior e em outros espaços não escolares.

Para compreender melhor a distribuição geográfica das pesquisas, analisamos as instituições onde esses estudos foram desenvolvidos. A concentração dos trabalhos em algumas universidades indica uma tendência de produção acadêmica em polos específicos, ressaltando a importância de fomentar investigações sobre o tema em diferentes contextos regionais. A seguir, o Gráfico 4 apresenta a distribuição das pesquisas por universidades, destacando as instituições que mais têm produzidos dentro da temática deste artigo de revisão da literatura.

Gráfico 4 – Distribuição das pesquisas por Universidades do país



Fonte: Elaboração da pesquisa, 2024.

Com base na análise do Gráfico 4, observa-se que as pesquisas que abordam a interface entre Violência na Escola com a Educação em Direitos Humanos estão distribuídas em alguns estados do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Tocantins) e vinculados a universidades específicas. A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), localizada em Campinas-SP, concentra o maior número de pesquisas sobre o tema, com duas (2) produções. No estado do Rio de Janeiro, há uma distribuição equilibrada entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em Seropédica, e a Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, cada uma com um (1) estudo registrado. Na região Nordeste, identificam-se três (3) pesquisas: uma na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa; uma na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Campina Grande; e outra na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Recife. No Sul, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), localizada em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, destaca-se com duas (2) investigações sobre a temática. Já na região Norte, a Universidade Federal do Tocantins (UFT), em Palmas, conta com um (1) estudo voltado para essa discussão.

Discussão

Para a realização da segunda etapa da pesquisa, correspondente à exploração do material, iniciou-se o processo de codificação. De acordo com Bardin (1977), a codificação consiste na transformação dos dados brutos — sejam textos, imagens ou áudios — em unidades de análise relevantes para o estudo. Essas unidades podem ser palavras, frases ou trechos que contenham informações essenciais à pesquisa. No caso desta RSL, a categorização foi realizada em nível semântico, ou seja, baseada na identificação dos principais conceitos presentes nos estudos selecionados, a partir da leitura integral dos textos. Esse procedimento permitiu analisar e agrupar as pesquisas cujos conteúdos e discussões apresentavam aspectos em comum, estabelecendo um diálogo entre elas.

Com base nessa análise, foram definidas três categorias temáticas: (1) *Violência, mediação de conflitos e Educação em Direitos Humanos*; (2) *Justiça Restaurativa como estratégia de enfrentamento da violência na escola*; e (3) *Violência escolar na perspectiva docente*. O Quadro 2 apresenta a definição dessas categorias temáticas em ordem crescente, considerando as pesquisas sobre Violência na escola e Educação em Direitos Humanos selecionadas no período de 2012 a 2022 na BDTD.

Quadro 2: Definição das categorias temáticas

CATEGORIAS TEMÁTICAS	REFERÊNCIA AUTORIA/ANO DE PUBLICAÇÃO	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES
Violência, mediação de conflitos e Educação em Direitos Humanos	Cardoso (2015) Santos (2019)	02
Justiça Restaurativa como estratégia de enfrentamento da violência na escola	Marques (2015) Urbanek (2019) Braz (2020)	03
Violência escolar na perspectiva docente	Cardoso (2012) Pereira (2018) Freitas (2021)	03

Fonte: Elaboração da pesquisa, 2024.

Como pode ser observado, as categorias foram organizadas em três temas distintos: *Violência, mediação de conflitos e Educação em Direitos Humanos*; *Justiça Restaurativa como estratégia de enfrentamento da violência na escola*; e *Violência escolar na perspectiva docente*. Nota-se que as pesquisas analisadas apresentam tanto temas em comum quanto abordagens

distintas, diferenciando-se pelo foco de investigação e pela quantidade de publicações em cada categoria.

Com essa categorização consolidada, avançamos para a terceira etapa do estudo: tratamento dos resultados, inferência e interpretação. De acordo com Bardin (1977, p. 165), essa fase deve “apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor”. Em outras palavras, trata-se do momento em que o pesquisador atribui significado aos dados analisados, estabelecendo um diálogo crítico com o referencial teórico. A seguir, cada categoria temática será discutida, considerando a descrição dos estudos em relação a seus objetivos, metodologias adotadas e principais resultados.

A começar pela categoria, 1) *Violência, mediação de conflitos, e Educação em Direitos Humanos*, com duas dissertações (02). O estudo de Cardoso (2015), realizado em duas escolas estaduais de Caruaru (PE) atendidas pelo *Projeto Escola Legal*, teve como objetivo analisar as contribuições da mediação de conflitos na perspectiva da Educação em Direitos Humanos para o enfrentamento da violência no ambiente escolar. Os resultados indicaram que os Comitês de Mediação não se consolidaram de forma eficaz, pois foram conduzidos sob uma abordagem judicializada, voltada para a resolução imediata dos casos de violência, sem promover a autonomia das escolas para autogerir situações de violência. Além disso, verificamos que as práticas de Educação em Direitos Humanos ocorrem de maneira esporádica e desarticulada, o que fragiliza tanto a atuação dos Comitês quanto a ampliação dos espaços democráticos no ambiente escolar. Já a pesquisa de Santos (2019), de caráter bibliográfico e documental, analisou o projeto “*Na Escola com Respeito*”, implementado na rede municipal de João Pessoa e em outras cidades. O estudo investigou a mediação de conflitos como uma estratégia educacional para promover a cultura de paz e fortalecer os direitos humanos no ambiente escolar. Os achados indicaram que, apesar da importância da mediação de conflitos, a iniciativa ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de apoio institucional e investimentos sistemáticos por parte do Ministério Público, gestores escolares e secretarias de educação, fatores que limitam sua efetividade.

A categoria 2), *Justiça Restaurativa como estratégia de enfrentamento da violência na escola*, abrange três dissertações (03). Sob uma abordagem crítico-dialética e fundamentado nos estudos de Howard Zehr, Marques (2015) investiga a aplicação da Justiça Restaurativa como

meio de pacificação social e garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes no contexto escolar da Comarca de Araguaína, no Estado do Tocantins. O autor analisou 136 processos de atos infracionais registrados em 2013 para identificar os casos em que os delitos ocorreram dentro de instituições de ensino da Educação Básica. Os resultados revelam a inexistência de projetos baseados na Justiça Restaurativa na rede pública de ensino do Tocantins, evidenciando a necessidade urgente de implementação dessa abordagem para conter o avanço da violência escolar e prevenir a escalada de infrações mais graves. Urbanek (2019), por meio de um estudo bibliográfico baseado em livros, artigos e dados estatísticos de instituições como IBGE, OCDE e INEP, busca entender de que forma as práticas da Justiça Restaurativa no ambiente escolar podem constituir uma medida eficaz na prevenção e no combate à violência, protegendo todos os integrantes da comunidade escolar e evitando a violação de seus direitos fundamentais. A pesquisa aponta caminhos que podem orientar gestores públicos, equipes pedagógicas, professores, pais, conselhos escolares e os próprios estudantes, considerando que, muitas vezes, a falta de conhecimento sobre práticas restaurativas dificulta a resolução eficaz de conflitos. Braz (2020) apresenta um estudo empírico, baseado na perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano e na Análise Dialógica do Discurso, sobre a aplicação da Justiça Restaurativa em uma escola pública de grande porte no estado de São Paulo. Os resultados indicam que, apesar de estar formalmente inserida no Projeto Político-Pedagógico da instituição, a Justiça Restaurativa ainda carece de fortalecimento para atuar de maneira preventiva e emancipadora. Segundo Braz (2020), o sucesso dessa abordagem exige uma articulação intersetorial, envolvendo não apenas a escola, mas também a comunidade e outros serviços públicos.

Por fim, a categoria, 3) *Violência escolar na perspectiva docente*, compreende três publicações, sendo duas dissertações e uma tese. Cardoso (2012) examinou 83 relatos de experiências de professores da rede municipal de Montenegro/RS, com o objetivo de compreender os pressupostos conceituais que embasam projetos e ações voltados à superação das diversas formas de violência no cotidiano escolar. Os resultados indicam que diferentes concepções de paz coexistem nos discursos dos professores, influenciando diretamente as estratégias adotadas por escolas e docentes no enfrentamento da violência. A tese de Pereira (2018), baseada na história oral de vida de professores da rede estadual de ensino de Campinas-SP, investigou como os conceitos de direitos humanos e justiça aparecem nas narrativas desses profissionais. Os resultados revelam que a inclusão da Justiça Restaurativa nas escolas é vista

de forma positiva pelos docentes, pois favorece o diálogo com os alunos. No entanto, as narrativas apontam para uma implementação superficial dessa abordagem, sem um compromisso efetivo com seus princípios. Esse cenário é atribuído a fatores estruturais que dificultam a adoção de práticas democráticas, impactando negativamente a consolidação dos direitos humanos, da justiça e da cidadania no contexto escolar. Freitas (2021) investigou a relação entre violência escolar e prática pedagógica por meio de uma abordagem quadridimensional: bibliográfica, documental, propositiva e avaliativa. Como resultado, a autora propôs a elaboração de um *Caderno Temático de Orientação Pedagógica*, destinado a professores, alunos/as e demais profissionais da rede pública estadual de Campina Grande-PB. O material apresenta diretrizes metodológicas para o enfrentamento da violência no ambiente escolar. Segundo a autora, ao estimular o debate dentro das escolas, o Caderno de Orientação Pedagógica contribuiu para a redução de estereótipos, a resolução de conflitos interpessoais e a promoção dos direitos humanos no contexto educacional.

Considerações Finais

Esta revisão sistemática permitiu analisar a produção acadêmica sobre a interface entre violência escolar e Educação em Direitos Humanos, destacando esta última como estratégia para mitigar conflitos no ambiente educacional. A análise dos dados revelou padrões na distribuição das pesquisas quanto ao ano de defesa, programas de pós-graduação, regiões geográficas e universidades.

Considerando o período analisado das pesquisas (2012 a 2022), os anos com maior número de dissertações foram 2015 e 2019, enquanto 2022 não registrou nenhuma publicação, sugerindo uma possível lacuna recente na área. A predominância de dissertações (87,5%) em relação às teses (12,5%) reflete a maior oferta de programas de mestrado no Brasil. Além disso, a maioria dos estudos foi conduzida por pesquisadores da Educação (50%), com concentração geográfica nas regiões Sul, Nordeste e Sudeste. A ausência de produções na região Centro-Oeste e a baixa representatividade do Norte evidenciam a necessidade de ampliar pesquisas nessas localidades.

Os estudos analisados foram agrupados em três categorias: (1) Violência, mediação de conflitos e Educação em Direitos Humanos, (2) Justiça Restaurativa como estratégia de enfrentamento da violência escolar e (3) Violência na escola sob a perspectiva docente. Os

achados indicam que, embora a mediação de conflitos e a justiça restaurativa sejam abordagens promissoras, desafios estruturais comprometem sua efetividade. A judicialização excessiva, a desarticulação das práticas de Educação em Direitos Humanos e a falta de apoio institucional dificultam a implementação dessas estratégias. Além disso, a escassez de projetos estruturados, como evidenciado no Tocantins, e a aplicação superficial da Justiça Restaurativa em outras regiões reforçam a necessidade de um compromisso mais sólido das instituições educacionais e das políticas públicas. A perspectiva docente revela que diferentes concepções de paz influenciam as estratégias adotadas para lidar com a violência, reforçando a importância da formação continuada para que professores/as desenvolvam abordagens críticas e emancipatórias sobre o tema.

Enfim, as pesquisas analisadas apontam lacunas importantes, como a carência de investigações longitudinais que avaliem o impacto dessas práticas a longo prazo. Nesse sentido, recomenda-se que estudos futuros ampliem a análise sobre os desafios e potencialidades da implementação de programas de mediação e Justiça Restaurativa, considerando diferentes contextos escolares e suas especificidades socioculturais. Além disso, torna-se relevante investigar como redes intersetoriais podem contribuir para o fortalecimento dessas iniciativas e explorar abordagens híbridas que combinem mediação de conflitos, Justiça restaurativa e metodologias participativas no ambiente escolar.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

BARDIN, Lourence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

Brasil, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 30 de maio de 2012, estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC/CNE/CEP, 2012.

BRAZ, Elaine Cristina Nochelli. **Justiça restaurativa e violência na escola**: análise de uma experiência a partir da perspectiva histórico-cultural, 2020. 1 recurso online (189 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1640390>. Acesso em: 1 dez. 2024.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Susana Beatriz. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Educação**, Porto Alegre, v.36, n.1, jan./abr., p.59-66, 2013.

CARDOSO, Fernando da Silva. **Mediação de conflitos escolares: contribuições da educação em direitos humanos no enfrentamento à violência**, 2015. 1 recurso online (p) Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, PE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15004>. Acesso em: 1 dez. 2024.

CARDOSO, Marcio Adriano. **A paz e a violência na escola: vozes, ecos e silêncios**. 2012. 1 recurso online (131. p) Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4605>. Acesso em: 1 dez. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. Apresentação. In: FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade (Org.). **Violência, diversidade e educação em Direitos Humanos na Escola**. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2017. p. 19-27.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. Escola, violência e educação em direitos humanos. FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade (Org.). **Violência, diversidade e Educação em Direitos humanos na Escola**. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2017. p. 35-63.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. Considerações finais – à guisa de conclusão. FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade (Org.). **Violência, diversidade e Educação em Direitos humanos na Escola**. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2017. p. 123-133.

FREITAS, Eveline Rodrigues Araújo Guedes de. **Violência escolar e formação de professores: Estratégias de enfrentamento na dimensão educacional**, 2021.1 recurso online (138 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/4086>. Acesso em: 1 dez. 2024.

GALVÃO, Tiago Florêncio de Araújo.; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v.23, n.1, p.7-58, 2014.

MARQUES, Julianne Freire. **Círculos da paz: práticas restaurativas como instrumento de acesso à justiça nas escolas do Tocantins**. 2015. 67f. Dissertação (Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos – Mestrado Profissional Interdisciplinar). Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/139>. Acesso em: 1 dez. 2024.

MOHER, David. et al. *Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement*. **PLoS Med**, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>. Acesso em: 25 out. 2024.

PEREIRA, Ana Carolina Reis. **História oral de vida de professores: direitos humanos, justiça restaurativa e violência escolar**. 2018. 1 recurso online (344 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1633577>. Acesso em: 1 dez. 2024.

PÓS-GRADUAÇÃO brasileira cresceu 48% na última década. Site Gov.br. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/02/pos-graduacao-brasileira-cresceu-48-na-ultima-decada>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SANTOS, Maria de Fátima Ricardo dos. **A mediação de conflitos: uma possibilidade para formação continuada de professores na perspectiva da Educação em Direitos Humanos**, 2019. 1 recurso online (130 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18528>. Acesso em: 1 dez. 2024.

SASTRE, Edilberto. **Panorama dos estudos sobre violência nas escolas no Brasil**. Portal do Professor. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/000001550>. Acesso em 27 fev. 2025.

SILVA, Vivian Marinho da; LAUTERT, Sintria Labres; UTSUMI, Miriam. **Conceituação e aplicação do conceito de equidade por professores do Ensino Fundamental**. Revista Ensino em Debate (REDE), Fortaleza/CE, v. 4, p. e2024027, p. 1-22, 2024. Disponível em: <https://revistarede.ifce.edu.br/ojs/index.php/rede/article/view/63/48>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SUCUPIRA. **Cursos Avaliados e Reconhecidos**. 2020. Disponível em: [»https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.xhtml](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.xhtml). Acesso em: 27 fev. 2025.

SUCUPIRA. Linhas de pesquisas. 2022. Disponível em: [»https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/linhaPesquisa/listaLinhaPesquisa.xhtml](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/linhaPesquisa/listaLinhaPesquisa.xhtml). Acesso em 27 fev. 2025.

SPOSITO, Marília Pontes. A instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 58-75, 1998.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, jun. 2001. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022001000100007>. Acesso em: 01 de dez. 2024.

URBANEK, Lucemar José. **Justiça restaurativa como possibilidade de afirmação dos direitos humanos e de diminuição da violência na escola pública**. 2019. 1 recurso online (176 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Rio do Sinos – UNISINOS. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8760>. Acesso em: 1 dez. 2024.

VARGAS-PLAÇA, Jaqueline Santos; GOBARA, Shirley Takeco. **Práticas Inclusivas na Perspectiva da Teoria da Objetivação: Contribuições para a Inclusão Educacional**. Revista Ensino em Debate (REDE), Fortaleza/CE, v. 2, e2024037, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://revistarede.ifce.edu.br/ojs/index.php/rede/article/view/60/58>. Acesso em: 13 ago. 2025.

Submetido em 10 de maio de 2025.

Aceito em 12 de agosto de 2025.

Publicado em 02 de setembro de 2025.